



**Colóquio Internacional
Educação e Contemporaneidade**

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



Anais, Volume XVI, n. 12, set. 2022
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

Eixo 12

Educação, Cultura e Arte

A Questão Indígena: Entre Narrativas Colonizadoras e Narrativas Indígenas

The Indigenous Issue: Between Colonizing Narratives and Indigenous Narratives

Ivonete Nink Soares

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2022.16.12.10>

Recebido em: 08/09/2022

Aprovado em: 22/09/2022

Editores responsáveis:

Veleida Anahi Capua da Silva Charlot e Bernard Charlot



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



A Questão Indígena: Entre Narrativas Colonizadoras e Narrativas Indígenas

The Indigenous Issue: Between Colonizing Narratives and Indigenous Narratives

RESUMO

RESUMO: O presente artigo discorre a respeito da questão indígena, traz reflexões sobre algumas narrativas que foram/estão sendo herdadas e passadas adiante sem um questionamento maior, ou pior, sem qualquer hesitação, desde a chegada dos europeus ao Brasil até hoje. Destarte, este estudo tem o objetivo de (des)orientar, propor que certos indicativos, alguns (f)atos já conhecidos, sejam contrapostos por meio das narrativas colonizadoras e das narrativas indígenas, problematizados, (re)pensados. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, ancoradas, principalmente, em Ducrot e Todorov (1988), Tavares (2021), Gonzaga (2021), Farias (2016) e nas narrativas de escritores indígenas como Munduruku (2017), Jecupé (2020), Kopenawa (1999) e Krenak (2020). Ao apresentar situações que envolvem/envolveram os povos indígenas, exemplificamos como o uso da linguagem ajuda na construção de estereótipos, age sobre o outro, cria formas cristalizadas que se entronizam como “verdades”. Assim, concluímos que é preciso ter atenção aos usos das palavras, das narrativas, observar as situações, o contexto, em que estão postas, geograficamente, temporalmente, bem como o modo e o uso de determinados ditos. Isso oportuniza o (re)pensar, problematizar, desestruturar o pensamento colonial. A escola enquanto instituição formal de ensino, ambiente propício para a aprendizagem, é fundamental nesse cenário.

Palavras-chave: Uso da linguagem. Narrativas colonizadoras. Narrativas indígenas..

ABSTRACT

ABSTRACT: This article discusses the indigenous issue, brings reflections on some narratives that were/are being inherited and passed on without further questioning, or worse, without any hesitation, since the arrival of Europeans in Brazil until today. Thus, this study aims to (dis)orient, to propose that certain indicatives, some (f)acts already known, be opposed through colonizing narratives and indigenous narratives, problematized, (re)thought. For this, we carried out a bibliographical and documentary research, anchored mainly in Ducrot and Todorov (1988), Tavares (2021), Gonzaga (2021), Farias (2016) and in the narratives of indigenous writers such as Munduruku (2017), Jecupé (2020), Kopenawa (1999) and Krenak (2020). By presenting situations that involve/involved indigenous peoples, we exemplify how the use of language helps in the construction of stereotypes, acts on the other, creates crystallized forms that are enthroned as “truths”. Thus, we conclude that it is necessary to pay attention to the uses of words, narratives, to observe the situations, the context, in which they are placed, geographically, temporally, as well as the mode and use of certain sayings. This makes it possible to (re)think, problematize, destructure colonial thought. The school as a formal



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



educational institution, an environment conducive to learning, is fundamental in this scenario.

Keywords: Use of Language. Colonizing Narratives. Indigenous Narratives..

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Desde o nascimento, o ser humano está envolvido em inúmeras situações de aprendizagem. Não há uma idade ou uma época da vida que possa ser associada ao fim da aquisição de novos conhecimentos. Isso porque nada do que se aprende deve ser cristalizado, emoldurado, tomado como saber absoluto. Tudo está propício a mudanças, seja de cunho teórico, prático, cultural, social, histórico...

O ambiente que recebe o recém-nascido se torna o primeiro espaço de aprendizagem desse indivíduo. É ali, geralmente, que ele vai aprender a conviver com outras pessoas, com outros grupos, com uma sociedade múltipla. De modo nem sempre perceptível, as pessoas que convivem com esse aprendiz estão transmitindo concepções, valores, conceitos e, algumas vezes, preconceitos que interferem nos relacionamentos interpessoais. Assim sendo, a criança, na maioria das vezes, vai reproduzir o que aprendeu com os que estão a sua volta.

Ao ter consciência de que vivemos em uma sociedade colonizada cuja “história oficial” foi narrada a partir da ótica eurocêntrica, ou seja, tendo como referência o modo europeu de ver o mundo, é indispensável que outras narrativas, da mesma história, sejam contempladas. Quando determinada situação é vista apenas por um ângulo, cristalizado aos moldes europeus, corre-se o risco de perder informações extremamente necessárias para a desconstrução de estereótipos, desestruturação de ações opressoras e para o surgimento de reflexões.

Sabendo que os povos indígenas foram os primeiros a ter contato com os colonizadores no território que posteriormente seria nomeado de Brasil, realizar este estudo sobre a questão indígena atrelada ao discurso, ao uso da linguagem, concepções de cultura, (des)construção da identidade indígena, entre outros fatores, torna-se relevante, uma vez que é inegável a existência de narrativas que foram/estão sendo herdadas e passadas adiante sem um questionamento maior, ou pior, sem qualquer hesitação, trazendo consequências quase irreparáveis aos povos autóctones. Assim sendo, este estudo tem o objetivo de (des)orientar, propor que certos indicativos, alguns (f)atos já conhecidos, sejam contrapostos por meio das narrativas colonizadoras e das narrativas indígenas, problematizados, (re)pensados.

Nas palavras de Silva e Costa (2018, p. 19),



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



A caracterização das representações indígenas, calcada em imagens e adjetivos pejorativos, perpassou o período colonial, adentrou o monárquico e prevaleceu no republicano. Contextualizados historicamente por mais de cinco séculos, ainda hoje, os estereótipos e as estilizações do indígena colocam-no em um lugar desmerecido e menor na formação do povo brasileiro.

Tudo começou na colonização, mesmo com o passar do tempo, infelizmente, a imagem distorcida dos indígenas ainda permeia a nossa sociedade. Quando os estereótipos construídos pela ótica do colonizador são reproduzidos, o processo de colonização é continuado, isso é inaceitável. Encerrar esse ciclo da história precisa ser objetivo de todos. Para Quijano (2005, p. 126), “é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”.

“Não há “pessoas pequenas” ou “povo pequeno”, de alta ou de baixa linhagem. Somente vaidades e a necessidade de um espelho de aumento para tentar se fazer passar por algo que não se é” (GARDOU, 2018, p. 44). A cultura europeia não é melhor nem pior que nenhuma outra. A suposta superioridade, além de muitas outras razões, pode ser explicada pelos propósitos da expansão marítimo-comercial. No encontro com os povos indígenas, os colonizadores precisavam colocar-se acima deles, diminuí-los para sentirem-se fortalecidos, coagirem para terem os objetivos alcançados, acusá-los de não terem cultura para impor uma suposta civilização modelo. Tudo isso, com olhar crítico, pode ser observado nas narrativas colonizadoras, desde o achamento do Brasil, e de modo explícito, nas narrativas indígenas.

Sendo assim, a metodologia adotada para este estudo é uma pesquisa bibliográfica e documental, ancoradas em Ducrot e Todorov (1988), Tavares (2021), Gonzaga (2021), Farias (2016), Spivak (2010) e, principalmente, nas narrativas de escritores indígenas como Munduruku (2017), Jecupé (2020), Kopenawa (1999) e Krenak (2020). Ao propor esses diálogos, além de ampliar o espaço de fala que os indígenas têm conseguido ao longo dos anos, através de muitas lutas, o intento é demonstrar como a linguagem constrói algumas situações, age sobre o outro, cria formas cristalizadas que se entronizam como “verdades”.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



Também fazem parte deste estudo a seção dois que discorre sobre o “descobrimento” do Brasil, apresenta outras narrativas sobre o acontecimento, traz a caracterização dos indígenas pela ótica do colonizador, aponta as consequências dessas ações e o poder da linguagem nesse contexto; a seção três aborda o indigenicídio, ou seja, as inúmeras tentativas de extinguir os povos que habitavam o território brasileiro, as atrocidades cometidas contra as pessoas que, na visão dos colonizadores, não eram civilizadas, daí a justificativa deles para inferiorizar tudo que fosse divergente dos moldes eurocêntricos; a seção quatro apresenta, prioritariamente, a narrativa do indígena Daniel Munduruku, um questionamento sobre o que é ser “índio”, como os estereótipos vinculados desde 1500 interferem nessa concepção; e, por fim, a seção cinco, conclusão, reflete sobre o poder da linguagem, o discurso cristalizado acerca das narrativas que remetem aos povos originários e a história oficial do Brasil, a ampliação do espaço de fala para a escuta desses povos que sofreram tentativa de silenciamento, bem como a contribuição deste estudo.

2. O “DESCOBRIMENTO” DO BRASIL

Durante muitos anos o estudo sobre a história do Brasil era iniciado a partir de seu “descobrimento”. No dicionário Aurélio Júnior (2011, p. 299) esse verbete é explanado como o “Ato de descobrir(se), ou o resultado deste ato”. Descobrir, por sua vez, entre outras elucidações, tem o significado de “Dar a conhecer (algo, local) até então ignorado: descobrir novas terras” (FERREIRA, 2011, p. 299).

A partir desses conceitos dicionarizados, com um olhar crítico, é perceptível que, em se tratando do Brasil, esse país não foi descoberto pelos portugueses, aqui não era uma terra inabitada. “Alguns historiadores e antropólogos, como Darcy Ribeiro, chegaram a garantir que houve uma população calculada entre 5 milhões e 8 milhões de pessoas, em sua maioria, nômades, que vagavam por diferentes geografias buscando alternativas econômicas” (MUNDURUKU, 2017, p. 47). Essas pessoas eram os povos indígenas. O que aconteceu foi um discurso propagado tomado como verdade.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Uma das propriedades da linguagem verbal, de acordo como Todorov (1988, p. 104), é “produzir frases que recusem tanto a denotação quanto a representação: por exemplo, mentiras, perífrases, repetição de frases anteriores”. Dito de outra forma, a linguagem não tem compromisso com o que nós, vulgarmente, chamamos de “verdade”. A linguagem constrói determinadas situações, formas de ver e enxergar o mundo que vão, muitas delas, se cristalizando, se entronizando como as tais verdades. Assim foi com o “descobrimento” do Brasil. “O processo de ofuscamento identitário de diversas etnias indígenas se deu conjuntamente ao de glorificação da cultura europeia, partindo de discursos fabricados e difundidos categoricamente, tanto na cena nacional em desenvolvimento quanto em contextos internacionais” (GONZAGA, 2021, p. 122).

A carta de Pero Vaz de Caminha, conhecida como o primeiro documento que oficializou tal “descoberta”, já contava sobre os povos originários: “E dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos que chegaram primeiro” (UNAMA, [s.d.], p. 2).

[N]a chegada dos portugueses em 1500, existia, no que hoje é chamado de Brasil, uma grande e diversificada população indígena, distribuída ao longo do território, especialmente no litoral, onde os rios piscosos, o clima ameno e a fauna e flora facilitavam a sobrevivência humana (FARIAS, 2016, p. 57).

Ou seja, desembarcaram em um local habitado. Muitos povos e culturas já faziam parte deste lugar, entretanto foram ignorados. Os visitantes, a partir daí, deram início ao processo de colonização. Uma ação, assegurada por Jecupé (2020, p. 55), como “o ato de se estabelecer em terras estrangeiras como se fosse deles, [...] em lugares considerados importantes, geralmente próximos ao litoral, e realizar a exploração e o comércio de riquezas locais”.

Ainda sobre essa temática, em depoimento ao antropólogo Bruce Albert, o indígena Yanomami, Davi Kopenawa (1999), afirma:

“Nós descobrimos a terra do Brasil. Nós descobrimos estas terras! Possuímos os livros, e por isso somos importantes!” dizem os brancos. Mas são apenas palavras de mentira. Eles não fizeram mais que tomar as terras das gentes da floresta para se pôr a devastá-las.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Se ainda hoje, muitos acreditam nessa falácia do “descobrimento”, não resta dúvida de que nós, sujeitos falantes, temos a possibilidade de construir a linguagem, adaptá-la a determinadas situações, fazer, ou não, contestações. Na maioria das vezes, infelizmente, nós aceitamos determinadas preleções, herdamos alguns discursos e vamos passando adiante, sem problematizações maiores, ou pior, sem qualquer problematização. Em alguma medida, a educação brasileira contribuiu e continua contribuindo para isso.

Na concepção de Oliveira (2006, p. 38),

[...] é com um currículo urbano, branco, machista, heterossexual e cristão que ensinamos colonos/as, negros/as, índios/as, velhos/as, homossexuais, pobres, etc. Tal situação sugere, também, que o modo de viver de índios e índias e de vários outros grupos sociais pode, ao menos, ampliar as possibilidades de discussão sobre o modo de vida "civilizado".

Os moldes da colonização, infelizmente, não pertencem ao passado, são traços que podem ser encontrados diariamente no contexto educacional, seja nos órgãos superiores que formulam as matrizes curriculares, seja nos discursos dos docentes, seja nas práticas educacionais, seja nos materiais didáticos, enfim, ainda temos essas interferências. É necessário superá-las, desvencilhar-se da perspectiva eurocêntrica presente em muitos currículos escolares, descolonizar o saber.

Quando o profissional da educação compreende o poder das palavras, atua na contramão do eurocentrismo, ele cria situações que oportunizam discussões necessárias para explicitar as divergências do que é ser civilizado, o que é ter cultura, o que é ser indígena. Por inúmeros fatores, a educação brasileira, principalmente a educação básica, ainda precisa de muitas mudanças, para comprovar basta observar as atividades aplicadas no dia 19 de abril, dia dos povos indígenas. As “escolas, insistem em retratar as populações indígenas no Brasil de forma folclórica e sobretudo como pertencentes, exclusivamente, ao passado” (SILVA; COSTA, 2018, p. 19). Daí a relevância em mostrar os indígenas na atualidade, convidá-los para que falem das suas culturas, das suas lutas, das suas profissões, das suas narrativas, enfim, tudo que colabore para que sejam desvinculados da acepção de seres do passado, de civilização sem cultura. Afinal, eles ajudaram na construção da nossa sociedade, fazem parte dela, são seres do presente e símbolos de resistência, pois resistiram ao indigenicídio[1].



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



De acordo com uma publicação do *Survival International* (2000, p. 1), “Estima-se que no Brasil havia cinco milhões de habitantes quando os primeiros europeus chegaram”. Ou seja, não há exatidão do quantitativo de anfitriões. Isso, para os colonizadores, certamente não era importante estar documentado, poderia implicar em descrédito ao “achamento” dessa nova terra. Todavia, descrever, a contento da coroa portuguesa, numa visão preconcebida, como eram os povos nativos, era imprescindível, principalmente pelos objetivos do comércio, do lucro, da exploração, da mão-de-obra.

[...] dois daqueles homens da terra que estavam numa almadia: mancebos e de bons corpos. [...] A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. [...] Acerca disso são de grande inocência (UNAMA, [s.d.], p. 3).

É perceptível nessa fala o perigo das palavras: elas trazem consigo o poder de erguer ou derrubar alguém, agir sobre o outro, perpetuar significados estáticos que transformam-se em “verdades”. O que são bons corpos? Bons rostos? Bons narizes? O que é uma pessoa inocente? Qual relação pode ser estabelecida entre a exploração e a “inocência” dos povos nativos? Qual medida é utilizada para estabelecer essas “qualidades”? Para Ducrot (1988, p. 96), “a cristalização do sentido em palavras congeladas é uma das causas da ilusão substancialista, da crença em coisas dadas e em estados estáveis”. Para a financiadora das expedições marítimas, essas definições eram relevantes, por isso o escrivão Pero Vaz de Caminha assim as fez.

Nesse sentido, quem sabe utilizar a linguagem com maestria tem maior probabilidade de conquista e adesão dos outros. Por meio da palavra, por descuido ou sentimento de superioridade, os indígenas foram (des)qualificados pela ótica dos colonizadores, estereotipados, julgados como inferiores, não civilizados e, pior, dizimados, vítimas do mais longo genocídio da história da humanidade.

3. INDIGENICÍDIO VERSUS CULTURAS



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Durante toda a história da humanidade, em qualquer época, é verificável situações nas quais o ser humano foi capaz de agir de forma brutal, atroz, sem qualquer consideração ou respeito para com o outro e, acima de tudo, foi capaz de tirar a vida do seu semelhante. Essas mortes, algumas, ocorreram de modo fortuito, outras foram premeditadas, um extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso, como por exemplo o holocausto nazista – 5,7 a 6 milhões de mortes –, o genocídio da Camboja – 1,3 a 3 milhões de vítimas –, o genocídio armênio – 700 mil a 1,8 milhões de pessoas assassinadas – e o genocídio de Ruanda – mais de 800 mil vidas ceifadas.

Esses genocídios, dentre tantos outros, são de fácil acesso em uma pesquisa rápida na *internet*, além de fazerem parte dos livros de história, literatura e outras mídias. Há registros em fotos, vídeos, documentos, testemunhos e outros, ademais, fazem parte do campo de pesquisa de muitos estudiosos. Entretanto, em relação ao genocídio praticado contra os povos indígenas, nomeado aqui como indigenicídio, o mais longo da história da humanidade, há pouco material de pesquisa, se comparado a outros genocídios. Essa temática, até mesmo no contexto educacional, passa por algum silenciamento.

Na obra *A conquista da América* (1999), Todorov fala sobre a destruição dos povos indígenas no século XVI, a partir dos recenseamentos espanhóis: “em 1500 a população do globo deve ser da ordem de 400 milhões, dos quais 80 habitam as Américas. Em meados do século XVI, desses 80 milhões, restam 10” (TODOROV, 1999, p. 156).

Se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um caso, então é esse. É um recorde, parece-me, não somente em termos relativos (uma destruição da ordem de 90% e mais), mas também absolutos, já que estamos falando de uma diminuição da população estimada em 70 milhões de seres humanos. Nenhum dos grandes massacres do século XX pode comparar-se a esta hecatombe (TODOROV, 1999, p. 158).



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Esse aniquilamento ocorrido no século XVI é alarmante. Foram histórias e vidas ceifadas, famílias e culturas destruídas. Todavia, é triste saber, isso não é coisa apenas do passado. Ainda hoje, no Brasil, os povos originários travam lutas intensas para sobreviver. Há “uma população indígena em franco crescimento, a qual enfrenta difíceis problemas para sua sobrevivência” (MUNDURUKU, 2017, p. 23). E grande parte da sociedade ignora essas batalhas. Há, em certa medida, um emudecimento dos (f)atos. “Cinco séculos de matança, tortura, doenças e exploração vem devastando a população indígena. Atualmente a população indígena é de apenas 350.000, e centenas de tribos tem sido destruídas, sem deixar marca” (SURVIVAL, 2000, p. 1).

Quando se debruça sobre as situações que ocorreram na história do Brasil, de forma atenta aos usos da linguagem e as ações, não há dúvidas de que o que foi feito contra os povos originários foi um genocídio. Na afirmativa de Munduruku (2017, p. 85-86) “o Estado Imperial jogou pesado contra os indígenas: perseguições, execuções, destruição das culturas, incorporação de aldeias inteiras na categoria de vilas ou freguesias. Esse era o mundo real e o ideal aos olhos dos europeus”. Ou seja, o processo de colonização ocasionou essa barbárie.

Os primeiros contatos entre brancos e índios foram pacíficos, mas mudaram radicalmente depois. O resultado da colonização, quando os portugueses passaram definitivamente a conquistar a terra (em torno de 1530), foi uma catástrofe para os povos nativos. Estes morreriam aos milhares, assassinados, explorados, mal-alimentados e doentes. (FARIAS, 2016, p. 66)

O sistema imunológico dos indígenas não tinha resistência para combater inúmeras doenças, como varíola, gripe, sarampo, tuberculose e sífilis, contraídas por meio do contato com os europeus. Não sendo obstante, de acordo com Farias (2016, p. 67), “Os brancos chegavam a dar de ‘presente’ aos índios roupas usadas por doentes para apressar o fim dos povos naturais da terra”. A morte era planejada.

Outro problema para os europeus, no processo de colonização, foi o fato de os indígenas, de modo geral, não terem como cultura acumular riquezas. Eles não viam sentido em retirar da terra, da natureza, mais que o necessário para a sobrevivência. Respeitavam o ciclo de reprodução dos animais de caça, conheciam as plantas e as utilizavam da forma mais equilibrada possível, não devastavam os recursos naturais, todavia esse pensamento não era compatível com o do colonizador.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Até aquele momento, “os esforços físicos indígenas eram retribuídos com entrega de carregamentos de utensílios até então desconhecidos e que se mostraram muito úteis a eles, como machados, facas e facões” (GONZAGA, 2021, p. 27). Entretanto, pelo desejo de exploração predatória, necessidade de trabalho exaustivo, a mão-de-obra dos indígenas passou a não funcionar mais a base de trocas, de escambos.

O escambo já não era mais adequado a uma produção que se desejava em larga escala. O trabalho nas grandes propriedades açucareiras exigia uma rotina laboral longa e disciplinada que se chocava com os hábitos indígenas e que fora adequada à extração do pau-brasil. Com isso, os índios passaram a ser sistematicamente escravizados (FARIAS, 2016, p. 66).

A cultura, não pertencente aos povos autóctones, de acumular bens e riquezas passou a fazer parte do cotidiano deles. Os alicerces capitalistas, o lucro, além de dizimá-los, fez com que se difundisse a ideia de que estão sempre indispostos para o trabalho. “Ao contrário do que muitas pessoas ainda pensam, as comunidades indígenas são agudamente ativas, produtivas e engenhosas. Denota-se, em seus mitos e mesmo no seu dia a dia” (GONZAGA, 2021, p. 33).

O pensamento vazio dos brancos não consegue conviver com a ideia de viver à toa no mundo, acham que o trabalho é a razão da existência. Eles escravizaram tanto os outros que agora precisam escravizar a si mesmos. Não podem parar, experimentar a vida como um dom e o mundo como um lugar maravilhoso. [...] Eles ficam horrorizados com isso, e dizem que somos preguiçosos, que não quisemos nos civilizar (KRENAK, 2020, p. 113).



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Pela ótica do colonizador, se o indivíduo não aceita o trabalho até a exaustão, em condições sub-humanas, não é um bom trabalhador. Nesse sentido, é alguém que não contribuirá para o “progresso”. Assim sendo, em relação aos indígenas, os europeus compreenderam que seria conveniente que eles não existissem. Quijano (2005, p. 120) afirma que o “vasto genocídio dos índios [...] não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer”. Contudo a extinção desses povos, felizmente, não aconteceu. Os que suportaram as brutalidades, os sobreviventes, foram apresentados, ou melhor, definidos para a sociedade de modo negativo, especialmente como pessoas preguiçosas. Se a cultura gira em torno do capitalismo, eles seriam automaticamente colocados à margem, subalternizados. Estando nessa posição, dificilmente seriam ouvidos.

[...] o processo de fala se caracteriza por uma posição discursiva, uma transação entre falante e ouvinte e, nesse sentido, [...] esse espaço dialógico de interação não se concretiza jamais para o sujeito subalterno que, desinvestido de qualquer forma de agenciamento, de fato, não pode falar (SPIVAK, 2010, p. 15).

Nessa perspectiva, os indígenas, estando à margem da sociedade, não podem falar. O problema não está no ato das suas falas, na emissão das suas vozes, a questão está no ato de serem ouvidos. Na acepção de Munduruku (2020, p. 61), “somos invisibilizados pela ganância de alguns, pela cegueira de outros, pela maldade de certos olhares treinados para nos manterem longe da história”. Uma barreira (in)visível faz com que esses sujeitos sejam silenciados, emudecidos, ninguém os escuta. A ganância, o acúmulo, o consumo são os grandes responsáveis por essa situação vivida pelos “índios”.

4. É ÍNDIO OU NÃO É ÍNDIO?

Após a história narrada, segundo a visão eurocêntrica, sobre o achamento das terras dos povos autóctones, a palavra “índio” tornou-se um vocábulo frequentemente utilizado. O uso desse termo, para alguns colonizadores, inicialmente estava respaldado na alegação de terem chegado às Índias. Sendo verdade ou pretexto para uma versão mais “bonita” da história, mais atraente ao rei de Portugal, o fato é que as pessoas que aqui moravam, mais de mil povos, passaram a ser nomeadas assim.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Mesmo sem compreender, inicialmente, que o uso da linguagem relacionada à palavra “índio” possibilitava a criação de estereótipos, reduzia culturas, histórias, ancestralidades, passaram a conviver com ela. “Essa alcunha – para usar uma palavra erudita – trazia embutidos imagens e significados que nem sempre dignificavam aqueles a quem ela desejava nomear” (MUNDURUKU, 2017, p. 15).

Ainda em relação ao termo “índio”, na crônica “É índio ou não é índio?”, escrita por Daniel Munduruku (2017), o processo de subalternização da pessoa indígena é exemplificado. Nessa narrativa o autor indígena menciona a ocasião em que ele entra em um metrô e ouve atentamente o diálogo entre duas senhoras que discutem sobre o fato dele ser índio ou não ser índio. Uma menciona que ele parece índio, a outra diz que ele não pode ser, pois índio de verdade não usa *jeans*, nem anda de metrô: “índio de verdade mora na floresta, carrega arco e flecha, caça, pesca e planta mandioca”. (MUNDURUKU, 2017, p. 28). Enquanto uma observa o colar que ele está usando e cogita serem dentes humanos, a outra afirma que ouviu dizer que ainda existem índios que comem gente. Nesse dilema, tomam coragem para tirar a dúvida; isso ocorre no mesmo momento em que o autor precisa desembarcar. Para não deixá-las na curiosidade eterna, ele, desembarcando, sorri e diz: “Sim!!!”

Diante dessa narrativa, é possível constatar que os estereótipos dos povos autóctones, construídos há mais de 500 anos, ainda estão presentes na sociedade atual. É como se o sujeito dependesse de uma aprovação, cumprir alguns critérios, para ter sua identidade indígena respeitada, sua cultura aceita. “Quando dizemos que determinado povo “não tem cultura”, na verdade, estamos acionando uma série de preconceitos, baseados na ideia oriunda do senso comum de que há pessoas ou povos cuja cultura é menos importante do que aquela que julgamos ser superior” (FREITAS, 2011, p. 23).

A ideia de que o modo de vida eurocêntrico é o único válido para a humanidade fez com que os indígenas fossem caracterizados como bárbaros, sem culturas, pagãos, preguiçosos, canibais etc. “Precisamos, amigos e amigas, nos libertar desse conceito que desvaloriza a nossa diversidade. Precisamos entender que não existem índios no Brasil. Precisamos aprender como chamá-los, festejá-los, conhecê-los e, principalmente, valorizá-los” (MUNDURUKU, 2017, p. 17). Tudo que é tido como cultura dos “brancos” pode e deve ser acessado, compartilhado, vivenciado pelos indígenas.

A versão eurocêntrica da história do Brasil, a dos colonizadores, colocou os indígenas à margem da sociedade, subalternizados e, ainda hoje, infelizmente, alguns insistem em não desconstruir esse conceito estereotipado. Quem se apropriava da palavra escrita, em 1500, produziu belos argumentos que aniquilaram a presença e a importância dos moradores da terra. Nas palavras de Tavares (2021, p. 45-46, grifo do autor), “*o argumento belo convence melhor, [...]: feio é o que não me convence, belo é o que arrebatava, o que me conquista. Ao feio digo não, ao belo digo sim. No limite, ao feio digo: é falso, ao belo digo: é verdadeiro*”.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Para o autor indígena Daniel Munduruku (2017, p. 23), o “uso indevido da palavra ‘índio’ acabou desqualificando culturas inteiras, desde o século XVI”. São os resquícios do uso da linguagem na construção de imagens negativas dos povos originários.

A fealdade, em qualquer elemento, é a determinação de uma distância entre observado e observador: afasto-me do que é feio, aproximo-me do que é belo. A beleza é um convite à aproximação, é uma sedução, e a fealdade uma ameaça, convite para que os observadores se afastem (TAVARES, 2021, p. 45)

Quem tem o poder da oratória, compreende as possibilidades do uso da linguagem, convence aos desavisados. O conceito atribuído à palavra “índio” desvaloriza a diversidade desses povos, reduz, não traz nenhum pertencimento. É uma “confusão” de lugar. Munduruku (2017, p. 18) problematiza e responde essa questão: “‘Mas índio e indígena não são a mesma coisa?’. Pois é... ‘Não, não são’. Digam o que disserem, mas ser um indígena é pertencer a um povo X. Ser ‘índio’ é pertencer a quê?” Não há subsídios que sustentem essa alcunha definida pelos colonizadores. Como afirma a escritora indígena Márcia Wayna Kambeba, no poema “Índio eu não sou”: “Por um erro de rota / Colombo em meu solo desembarcou / E com desejo de nas / Índias chegar / Com nome de índio me apelidou”. (KAMBEBA, 2014, apud GONZAGA, 2021, p. 5)

Isso é a colonização, uma tentativa de apagamento sofrida pelos povos nativos do Brasil. Daí a relevância em problematizar esse termo e tantos outros, afinal, é preciso compreender que as palavras não devem ser vistas em sentido de dicionário; elas são vivas, contextualizadas, estão postas geograficamente, temporalmente, com um propósito comunicativo. “Perceber a linguagem, saber manipulá-la, é saber pensar” (TAVARES, 2021, p. 41).

Para Daniel Munduruku (2017, p. 18), índio é “uma palavra preconceituosa, racista, colonialista, etnocêntrica, eurocêntrica...” Por isso, para ele e para a maioria dos indígenas brasileiros, eles não são “índios”, são indígenas. Isso mesmo, indígenas. “De hoje em diante, que fique combinado que não haverá mais ‘índio’ no Brasil. Fica acertado que os chamaremos ‘indígenas’, que significa ‘nativo’, ‘originário de um lugar’” (MUNDURUKU, 2017, p. 18).



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



[1] A opção pelo uso do termo indigenicídio, ao invés de genocídio, é uma forma de especificar que se trata de homicídios praticados contra os indígenas, particularizar esses povos que ficaram à margem da sociedade por tanto tempo e que sofreram tantas tentativas de apagamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar nos temas expostos neste estudo é, acima de tudo refletir sobre o papel dos intelectuais e a sua cumplicidade para com o silenciamento dos subalternizados. Para Spivak (2010, p. 14), se o intelectual fala pelo subalterno ele reproduz as estruturas de poder e opressão, continua silenciando os que estão à margem. Em relação aos povos nativos, é possível afirmar que eles não estão mais silenciados, estão ocupando, pouco a pouco, os merecidos lugares. Logo, não é preciso que as suas vozes sejam intermediadas por outrem, todavia isso não quer dizer que não podemos dialogar com eles e com outros teóricos sobre a questão indígena. O mais importante é saber ocupar o lugar de fala que compete ao não indígena. Ter discernimento para não colocar-se como um sujeito colonizado, escravizado, situado à margem da sociedade.

Assim sendo, neste estudo, no tocante aos indígenas, o desejo foi de, sempre que possível, priorizar as narrativas deles, aumentar o espaço de fala para que a escuta deles fosse ampliada. Promover reflexões sobre narrativas que foram/estão sendo herdadas e passadas adiante sem um questionamento maior, ou pior, sem qualquer hesitação, desde a chegada dos europeus em solo brasileiro até os dias atuais, observando o tratamento dado à linguagem. Para Tavares, no que tange a linguagem:

Devemos olhar [...] como se olha para um objeto – para uma mesa, por exemplo – e ver, por vezes, a linguagem de baixo para cima, de modo respeitoso, de cima para baixo, de modo altivo; observar depois um perfil da palavra, depois o outro; ver *os sapatos da palavra* e o seu *chapéu*, a sua nuca e o seu rosto. Porque pensar também é mudar de posição relativamente à própria linguagem. *Não olhar sempre da mesma maneira* para as palavras (TAVARES, 2021, p. 42, grifo do autor).



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



Afinal, quem conta uma história narra o que “aconteceu”, de acordo com a sua intenção, seus objetivos, seja uma situação a qual do indivíduo tenha sido o observador, o ouvinte ou o praticante da ação. O que será falado ou escrito terá um propósito comunicativo. O que acontece, na maioria das vezes, é que o que é lido ou ouvido não é questionado, em nenhuma medida, simplesmente se passa adiante.

Em suma, neste estudo, em relação à questão indígena, ao demonstrar como a linguagem constrói algumas situações, age sobre o outro, cria formas cristalizadas que se entronizam como “verdades”, esperamos ter contribuído para (des)orientar, demonstrar que certos indicativos, alguns (f)atos já conhecidos, apenas por narrativas colonizadoras, estão diretamente ligados aos estereótipos, às ações opressoras, entre outros fatores. Sendo assim, concluímos que é preciso ter atenção aos usos das palavras, das narrativas, observar as situações, o contexto, em que estão postas, geograficamente, temporalmente, bem como o modo e o uso de determinados ditos. Isso oportuniza o (re)pensar, as problematizações.

Ao compreender a tentativa de apagamento dos povos originários, tem-se a certeza da necessidade de descolonizar o saber. Isso significa, entre outras coisas, nas palavras de Mignolo (2008, p. 290) “*aprender a desaprender* [...] já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial”. A escola enquanto instituição formal de ensino, ambiente propício para a aprendizagem, é fundamental nesse cenário, precisa ultrapassar a fase de cortar cartolinas para fazer cocar, recortar e colar um monte de figuras de ocas e indígenas ao lado, “deve, portanto, criar múltiplas possibilidades que promovam o viver pacífico com o Outro, com quem é diferente, sem equiparar a diferença à desigualdade” (SILVA; COSTA, 2018, p. 97-98). Desaprender a suposta inferioridade dos indígenas e aprender meios para promover ações críticas, de resistência, capazes de transformar os processos opressivos. Sem isso “a representação étnica dos indígenas continuará a ser estereotipada e marcada por inúmeros preconceitos e atitudes discriminatórias. Em outras palavras, os indígenas e suas culturas ficarão restritos aos limites dos museus e dos círculos acadêmicos especializados” (SILVA; COSTA, 2018, p. 21). A sociedade continuará com o pensamento colonial.

AGRADECIMENTOS

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagens e Educação - (Geple-CNPq/UFMS) e Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Sociolinguísticas, Decolonialidade e Ensino de Línguas - Coletivo POSLIDEN - na UFMS.

REFERÊNCIAS



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



REFERÊNCIAS

DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: perspectiva, 1988.

FARIAS, José Airton de. **Indígenas no Brasil e povos da África**: breves histórias. Fortaleza: Sistema Ari de Sá de Ensino, 2016.

FREITAS, Fátima e Silva. **A diversidade cultural**: como prática na educação. Curitiba: Ibpx, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio Júnior**: dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2011.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo. **Decolonialismo Indígena**. São Paulo: Matrioska Editora, 2021.

GARDOU, Charles. **A sociedade inclusiva**: Falemos dela!: não há vida minúscula. Coordenação Mônica Maria Farid Rahme; Tradução de Cleonice Paes Mourão, Marcia Bandeira. – 1. ed. – Belo Horizonte-MG: Fino Traço: Editora UFMG, 2018.

JECUPÉ, Kaká Werá. **A terra dos mil povos**: História indígena do Brasil contada por um índio. (2 ed.). São Paulo: Peirópolis, 2020.

KOPENAWA, Davi. **Descobrendo os Brancos**. Depoimento recolhido e traduzido por Bruce Albert. Maloca Watoriki (1999). Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/Yanomami>. Acesso em: 30 mar 2022.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
21 a 23 de setembro de 2022



KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MIGNOLO, Walter D.. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. In **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MUNDURUKU, Daniel. **Mundurukando 2**: sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores. – 1. ed. – Lorena, SP: UK'A editorial, 2017.

MUNDURUKU, Daniel. **Crônicas de São Paulo**: para rir e refletir na escola. – 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2020.

OLIVEIRA, Teresinha Silva de. Arco, flecha, tanga e coçar... ensinando sobre índios. In SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **Estudos culturais para professor@s** – Canoas: Ed. Ulbra, 2006. cap. 2, p. 27-39.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino americanas. Tradução de Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO, Cap. 9, p. 107-130, 2005.

SILVA, Giovani José da; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica** (1 ed.). Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SURVIVAL. International. **Deserdados**: os índios do Brasil. Londres: Survival International, 2000.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com

21 a 23 de setembro de 2022



TAVARES, Gonçalo M. **Atlas do corpo e da imaginação**: teoria, fragmentos e imagens. Porto Alegre – São Paulo: Dublinense, 2021.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

UNAMA. Universidade da Amazônia. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Belém: Núcleo de Educação a Distância. Disponível em:
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=105
. Acesso em: 08 maio 2022.